

História Unisinos

E-ISSN: 2236-1782

efleck@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Brasil

Bublitz, Juliana

O recomeço na mata: notas para uma história ambiental da colonização alemã no Rio
Grande do Sul

História Unisinos, vol. 12, núm. 3, septiembre-diciembre, 2008, pp. 207-218
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=579866837003>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

O recomeço na mata: notas para uma história ambiental da colonização alemã no Rio Grande do Sul

The new beginning in the forest: Notes for an environmental history of German colonization in Rio Grande do Sul

Juliana Bublitz¹

julianabublitz@hotmail.com

Resumo. O presente artigo versa sobre a colonização alemã no Rio Grande do Sul do século XIX e, com base na perspectiva de abordagem da história ambiental, relega atenção especial às relações estabelecidas entre colonos e floresta subtropical. Ao longo do texto, apresenta-se uma análise sobre os primeiros contatos dos imigrantes com a fauna e a flora regionais, assim como uma discussão acerca do “desmatamento civilizador” empreendido nas antigas colônias, atentando para o impacto ambiental implícito a esse processo.

Palavras-chave: colonização alemã, história ambiental, Rio Grande do Sul.

Abstract. This article discusses the German colonization in Rio Grande do Sul in the 19th century from the perspective of environmental history. It pays special attention to the relations between the settlers and the subtropical forest and analyzes the immigrants' first contacts with the regional flora and fauna. It also discusses the “civilizing deforestation” undertaken in the old colonies and its environmental impact.

Keywords: German colonization, environmental history, Rio Grande do Sul State.

Introdução

Em meados de 1824, açoitados pelos ventos gélidos da estação mais fria do ano no extremo Sul do Brasil, 43 imigrantes alemães pisavam pela primeira vez o solo de São Leopoldo, na antiga Real Feitoria do Linho Cânhamo. Depois de mais de dois meses de viagem, os recém-chegados finalmente separamavam com a sua terra de promissão, concedida pelo governo imperial brasileiro.

A política de incentivo à imigração europeia no Rio Grande do Sul do século XIX tinha por objetivo, entre outros aspectos, povoar terras consideradas desabitadas e pouco aproveitadas, que se estendiam do centro ao norte da província. Em virtude de seu relevo acidentado e da predominância de matas, essa região era preferida pela elite latifundiária regional, que tinha como base

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Desenvolvimento Regional

econômica a pecuária e possuía grandes propriedades de terras na Campanha, ao Sul. Foi no “Rio Grande das Matas” (Roche, 1969), portanto, que se desencadeou o novo ciclo povoador da província, caracterizado pela inserção de milhares de colonos europeus ao longo de mais de cem anos no interior das florestas sulinas. Inicialmente, esses forasteiros receberam terras e algum auxílio do governo. Mas tiveram de aprender praticamente sozinhos a sobreviver nesse novo mundo.

Boa parte dos recém-chegados sequer conhecia florestas nativas ou mesmo secundárias maduras em suas terras de origem. A partir dos registros governamentais, é possível constatar que a maioria dos imigrantes alemães era de descendência camponesa antiga e vivia em lugares antropizados havia milênios. Alguns, inclusive, sequer eram agricultores. Dos primeiros 43 imigrantes chegados a São Leopoldo, a maioria vinha do Noroeste da Alemanha (Hamburgo, Holstein, Hanover, Mecklenburg) e, entre as profissões conhecidas, havia sete agricultores, dois carpinteiros, um pedreiro, um ferreiro e um empregado da indústria de papel. Na segunda leva, constituída de 81 pessoas, havia pelo menos 16 agricultores, mas também um pedreiro, um pintor, um ferreiro, quatro carpinteiros e um sapateiro, entre outras profissões (Rambo, 1956, p. 80). Não por menos, sentiram-se perdidos diante da realidade encontrada nas colônias.

No lugar de campos tranqüilos e bucólicos, como muitos imaginaram, ou mesmo de áreas antropizadas, com as quais estavam acostumados, os forasteiros encontraram um cenário intimidador. Ali imperava a chamada *Urwald* – palavra que se tornaria uma constante nas cartas e diários desses homens e mulheres. Era a “floresta virgem”, feita de imensos exemplares de cedros, cabriúvas, angicos e canafistulas, entre outras milhares de espécies, em meio a emaranhados de cipós e trepadeiras. Tratava-se de uma paisagem ambígua que despertou medo e, ao mesmo tempo, fascínio.

Esta paisagem foi drasticamente alterada já nas primeiras décadas da colonização, cujo ponto de partida foi a Colônia de São Leopoldo. Ano após ano, os descendentes dos pioneiros conquistariam extensões cada vez maiores, ultrapassando, inclusive, os limites da província. Em sua diáspora por novas terras, os homens-fronteira promoveriam não apenas mudanças na paisagem, mas também alterações de ordem econômica e social na província e no Estado. O lócus dessa revolução foi a mata, e o seu objetivo maior, a eliminação dessa vegetação, considerada sinônimo de caos, de selvageria e de atraso. Sintomaticamente, os colonos derrubaram a floresta para tornar a “nova” terra semelhante à antiga.

No presente artigo, as relações estabelecidas entre os colonos alemães e a floresta – aqui definida em um

sentido amplo, como o conjunto da vegetação, do relevo, da hidrografia e de seus habitantes nativos – ganham o centro das atenções. Para tanto, parte-se de uma análise acerca do que sentiram os imigrantes em seus primeiros contatos com a fauna e a flora regionais e como definiram o meio ambiente ao seu redor, tão distinto daquele deixado para trás.

Na seqüência, o leitor encontrará ainda uma discussão sobre o “desmatamento civilizador” empreendido pelos colonos em seu embate com a floresta. Tudo isso, a partir da perspectiva da história ambiental, que atenta para as relações mútuas entre sociedade e natureza, em conjugação com a ecologia – ciência que estuda a relação dos seres vivos entre si e com o ambiente físico (Worster, 1991).

O recomeço na floresta subtropical

*No horror profundo da floresta,
Onde leões e tigres imperam,
O homem forjou planícies floridas
E promove, cuidadoso, a cultura,
Em lugar do sussurrar sinistro das matas
Ecoa agora o canto alemão,
Os animais selvagens escutam,
Temerosos, estes sons raros.*
(Umann, 1981, p. 78)

Do mato emaranhado de Linha Cecília, na Colônia alemã de Venâncio Aires, os versos do imigrante Josef Umann (1981, p. 78) ganham eco, melodia e voz. Musicadas pela Sociedade de Canto criada pelo próprio colono, as palavras que reforçam o embate travado entre civilização e floresta nos confins da Província de São Pedro difundem a mentalidade de conquista que forjou, em grande medida, as ações dos europeus na nova terra. A julgar por seu relato, a floresta subtropical figurava como uma imensidão tão misteriosa quanto temida pelos seus patrícios.

Segundo Umann, “poucos imigrantes sabem exatamente o que significa o termo selva”. Da mesma forma, para Rudolf e Anna Gressler (*in Martin, 1999, p. 32*), da Colônia alemã de Santa Cruz, a força da vegetação era tanta, que excedia “toda e qualquer imaginação”. Mesmo os condescendedores das obras de viajantes, de acordo com Umann (1981, p. 61-62), consideravam “o início na mata muito mais difícil do que haviam imaginado”. Haveria, segundo ele, uma “grande diferença” entre um viajante europeu “e um homem que em terra estranha deseja fundar um lar para si e sua família em meio à mata virgem”, descrita como uma “mata escura, com seus cipós entrelaçados e suas árvores gigantescas”.

Na mesma linha, o diretor da Colônia de Santa Cruz, Martin Buff, diria, em seu relatório de 1850, que “para a gente que vem da Europa he muito penoso acostumarem-se no matto nos primeiros tempos, por isso vivem sempre incomodados e doentes”. Como destaca Olgário Vogt (1997, p. 62), os imigrantes “vinham completamente iludidos quanto ao tipo de vida que teriam no Sul do Brasil” e mostravam-se “despreparados para enfrentar as agruras da vida que os aguardava”. O relato de Carl Friedmund Niederhut (*in* Vogt, 1997, p. 62) dá conta disso:

Vinham exhaustos por uma longuissima e penosa viagem de mezes e mezes em barcos de vela, sem conforto, com alimentação deficiente, victimas do enjôo e da falta de recursos. Quando aqui chegavam viam-se numa terra inculta e bravia, coberta de densas e impenetráveis florestas [...].

Para piorar a situação, muitos chegavam em terras sul-rio-grandenses sob os rigores do inverno na região – embora o verão também provocasse incômodo entre os forasteiros. As baixas temperaturas, aliadas à umidade e às más condições de moradia, alimentação e vestuário, deixaram muitos enfermos. Além disso, como destacou Buff em um relatório manuscrito datado de 16 de julho de 1851, “chegão quase sempre os colonos em tempo impróprio, sem que possão 6 ou 8 mezes fazer maiores serviços, por ser tudo mato virgem, o que não aconteceria se chegassem no princípio do verão, tempo próprio para plantações” (Buff, 1851, p. 1). Na longa espera pela passagem do inverno, as famílias eram obrigadas a permanecer nos chamados barracões, precárias habitações coletivas erguidas em meio à floresta.

De um a outro lado, segundo a descrição de Roche (1969, p. 52), “elevavam-se as árvores monstruosas, estreitavam-se os arbustos e as plantas do sub-bosque, enlaçavam-se os cipós”. Conforme o relato de viagem do médico alemão Avé-Lallmant (1980, p. 119), que em 1858 visitou as colônias alemãs, a vegetação à qual foram apresentados os colonos confundia os recém-chegados:

Mal se adivinhava, no labirinto, as grandes árvores. Os vigorosos troncos, cuja elevação longitudinal e contorções dão a idéia de serem diferentes indivíduos que se ligaram durante o crescimento, são geralmente mirtáceas, pois esse grupo de plantas é que caracteriza a floresta. Em algumas figueiras essa contorsão e ligação de partes do tronco é ainda mais notável [...] Inextricável é o emaranhado das lianas. Descem geralmente em linha reta das copas das árvores para a terra (Avé-Lallmant, 1980, p. 119).

Por certo, o que mais surpreendeu os colonos quando tomaram posse de seus lotes no interior da “fronteira verde”, representada por essa massa de vegetação, foi o tamanho das árvores, o grande numero de espécies, as distintas dinâmicas ecológicas de crescimento, de sucessão e de clímax, o tipo de solo e as “pragas”, para citar apenas alguns exemplos. Havia diferenças flagrantes entre as florestas subtropicais e as européias, a começar pelas espécies predominantes em ambas as paisagens (Rambo, 2004, p. 34). Os carvalhos, abetos, tílias, plátanos, castanheiras e bétulas, típicos do continente europeu, davam lugar, nas matas do Rio Grande do Sul, a louros, cedros, cabriúvas, angicos, canafistulas e araucárias.

A flora regional incluía ainda milhares de outras espécies. Em 1858, ao passar pela Colônia de São Leopoldo quando esta contava pouco mais de 30 anos, o viajante francês Arsène Isabelle deixou registrada parte dessa diversidade. Hospedado na casa de Hillebrand, então responsável pelas colônias, ele pôde observar mais de trinta espécies cujas madeiras tinham utilidade na época – entre elas ipês, goiabeiras, aroeiras, araçás, angicos e araucárias (Isabelle, 1983, p. 95). Além dessas árvores de maior porte, cujos troncos exibiam um emaranhado de cipós e trepadeiras, difundia-se uma densa vegetação rasteira e arbustiva, composta de milhares de espécies, quase impenetrável e às vezes repleta de espinhos. Para completar, tamanha biodiversidade se difundia ao longo de grandes vales, morros e escarpas rochosas – marcas, enfim, de um relevo na sua maior parte acidentado. Tratava-se, em geral, de uma área de difícil acesso para os colonos. Era uma região, além de tudo, entrecortada por rios caudalosos e encachoeirados em sua maior parte.

Nesse cenário caótico aos olhos dos imigrantes, abriam-se as primeiras *picadas*, também conhecidas como travessas, travessões e linhas – que, para Guffreind *et al.* (2001, p. 1), eram a “forma básica de penetração na floresta subtropical”. Com os instrumentos disponíveis, essas vias circundadas pela mata ganhavam forma perto dos rios, e, ao longo delas, iam sendo instalados os imigrantes, em lotes que lhes eram designados. As distâncias entre as terras recém-demarcadas, inicialmente com 77 hectares em média, eram grandes o bastante para preocupar muitos estrangeiros, que em suas cartas relatavam noites de pavor vividas no interior da mata, onde ouviam sons desconhecidos e pressentiam ameaças concretas. A floresta era um obstáculo difícil a ser vencido, mesmo na distância entre dois lotes ou duas casas, como mostra o relato abaixo, escrito pelo descendente de um colono alemão (Gressler, 1949, p. 173-174):

O maior dos desenganos sofridos pelos imigrantes foi o fato de que os sonhos criados pela imaginação fértil em

sua terra natal, não foi possível realizá-los de pronto. Haviam-se tornado grandes proprietários de terra, mas estavam escravizados a ela. Cada qual era escravo da floresta virgem, que chamavam sua propriedade, e do duro trabalho a que estavam obrigados pela posse da mata, pois si eles não a vencessem, seriam vencidos por ela. Havia de lutar, para que com o tempo e a custa de muito esforço, fosse possível tornar-se senhor de suas rendas e homem livre [...] Muito suor se derramou e muito golpe de machado foi dado em vão, pois faltava-lhe o conhecimento e a habilidade para a execução de trabalhos a que não estava acostumado.

De certa forma, esse relato traduz um dos significados da floresta para os imigrantes alemães. Enquanto se mantinha vicejante e robusta, a mata era considerada uma prisão. O colono, muitas vezes, sentia-se um escravo da floresta. Como ressaltou Roche (1969, p. 52), “a terra arável, o espaço, a luz, tudo devia ser conquistado à floresta”. Era preciso trabalhar com afinco, em uma luta sem tréguas, para derrubar a vegetação e impor seu domínio sobre a natureza. Floresta derrubada era um sinônimo de civilização, de progresso. Era a garantia, enfim, de sucesso na nova pátria.

No início, mais do que qualquer outro sentimento, a mata suscitava medo. Não apenas devido à força da vegetação, por si só intimidadora, mas também devido aos povos e aos animais que a habitavam. Em uma carta datada de 27 de novembro de 1850, o subdiretor da Colônia alemã de Santa Cruz, Evaristo Alves D’Oliveira, escrevia sobre um desses perigos ao presidente provincial, José Antônio Pimenta Bueno. Oliveira (1850, p. 1) registrava que “tigres incomodarão nas habitações, matando os cães, que se achavão presos em correntes” e que, diante do pavor experimentado pelos colonos, procurou “evitar que eles deixassem suas famílias expostas às feras”. Segundo ele, “os colonos são pacíficos, laboriosos e constantes no trabalho, e só estes males he que os affligem”, por conta disso, não pouparia esforços “para os tranquilizar e afastar do perigo”. Embora o desfecho dessa história não tenha sido registrado na carta de Oliveira, supõe-se que muitos “tigres” e “feras” padeceram em caçadas ordenadas pelos inspetores coloniais para minimizar a aflição dos pioneiros.

Além disso, não se pode esquecer que a instalação na mata incluiu inevitáveis interações, em alguns casos violentas, com os povos indígenas que viviam na floresta, principalmente Coroados, também conhecidos como Kaingangs, cujas atividades de subsistência voltavam-se à coleta de pinhões, à caça, à pesca e à horticultura.

Sobre os confrontos entre ameríndios e colonos, o viajante Avé-Lallement teceu um relato detalhado, baseado no que diz ter ouvido dos colonos. Segundo ele:

Quando São Leopoldo foi fundada, os bugres ou índios selvagens – pois a palavra bugre não indica nenhuma tribo, mas o estado de selvageria – viviam no campo, distante do Monte Hamburgo. Retiraram-se dali para a serra, mas desde então atacaram as picadas e as colônias. Deram-se encontros sangrentos. Num desses ataques foram mortas onze pessoas [...]

Com tais acontecimentos, não podia haver relações entre os colonos e os bugres. Quando aparecia um selvagem nu – e todos andam completamente nus e assim tinham de andar entre eles os prisioneiros, mesmo as mulheres –, sem dizer água vai, atiravam-lhe uma bala na carne. E essa ultima rerum ratio surtiu efeito: há três anos não se fala de índios na colônia. O governo estabeleceu numa parte da colônia alguns chamados “índios mansos”, pois em algum lugar há que ficar essa gente infeliz. Conservam-se, porém, inteiramente à parte e acredita-se que podem um dia lançar fora a roupa e voltar para a sua vida na selva (Avé-Lallement, 1980, p. 131).

Conforme o ex-inspetor colonial Jahn (1871, p. 7), “a invasão dos indígenas selvagens nas proximidade das divisas dos prazos coloniaes com os mattos virgens” contribuiu para “embraçar seu desenvolvimento”, dificultando “o progresso de sua laboriosa população”. Sobre o contato entre colonos e indígenas em São Leopoldo, Jahn registra uma história que evidencia o papel dos imigrantes na expulsão dos antigos moradores da região:

Quando em 1832 os habitantes da Picada Dous Irmãos forão extraordinariamente incomodados pelos indígenas selvagens, resolverão quatro moços robustos e corajosos estabelecer-se nos fundos dos primeiros desseis prazos coloniaes da ala de Leste da dita Picada, e ahi fundarão a Linha denominada: Quatro Colônias, constituindo-se assim uns baluartes contra aquelles indígenas [...] Passados os anos, não havia mais o que recear de taes selvagens (Jahn, 1871, p. 8-9).

Nem sempre, porém, os colonos saíram ganhando nos conflitos travados com os indígenas. Segundo um memorando manuscrito sobre a Colônia alemã de Mundo Novo (Taquara), assinado por Sebastião José de Monteiro em 1854, “a flagrante e contínua invasão dos bugres e correrias de tigres trouxe constantemente todos os moradores da Mundo Novo em vigília e sobressalto”. Um desses episódios, talvez o mais dramático deles, foi registrado por Monteiro em 7 de junho de 1854, conforme demonstra o trecho abaixo transcrito:

A localidade da colônia com a riqueza de suas mattas e terras prometia aos colonos um rico futuro – essa convicção os tornou firmes nos trabalhos e unidos na vigilância contra os inimigos selvagens. Entretanto, a 8 de janeiro de 1852, os bugres atacarão e saquearão a colônia do infeliz Watterpoall, a quem mattarão, levando para as mattas sua desgraçada mulher, uma filha casada e cinco filhas menores: este triste acontecimento encheu de dor e horror, inquietação e irresolução aos colonos; momento quando o governo provincial de então, não rogou posição de força para amparar tantas vidas e interesses. Essa crise fatal motivou o descontentamento a tal ponto que quase os colonos se retirarão; porém o amor à propriedade e interesses do futuro nos obrigou a usar dos próprios recursos, os quais foram logo que se sentirão vestígios de bugres, armar gente própria para percorrer as mattas na vizinhança da colônia; esse serviço era pago por todos os colonos voluntariamente para o resgate da infeliz família Watterpoall fizemos uma subscrição e contratamos com Phillipi José de Souza – amigo dos bugres mansos para que esses se encarregassem do resgate mediante o pagamento de uma onça por cada pessoa resgatada do poder dos bugres bravos; esse resgate felizmente foi feito. Então ao Ex. Sr. Sinimbu houve por bem mandar pagar o prometido pelo resgate, como também as diliigencias. A quitação dos bugres presentemente restabeleceu o descanso dos colonos, os quais desde então vivem felizes, voltando ao trabalho (Monteiro, 1854, p. 1).

A aparente trégua, porém, não garantia segurança. Histórias desse tipo repetiram-se em outras colônias, e o medo sentido pelos imigrantes ficou registrado em cartas e diários. Ao referir-se ao “horror profundo da floresta”, o velho Umann, por exemplo, usou o termo “*Waldesgrauen*”, que significa, literalmente, *floresta que faz tremer*. É a floresta medonha, a paisagem assustadora e sombria que, em princípio, ganha espaço no imaginário de muitos desses imigrantes – principalmente aqueles provenientes de regiões onde restavam poucas florestas ou estas já se encontravam domesticadas pela mão humana. Conforme Rambo (1956, p. 82):

A quase totalidade dos troncos entrados no Brasil [...] reconduz ao vale do Mosela entre Coblenza e Treves (Trier), ao Hunsrück entre o Mosela e o Palatinado, ao vale do Sarre, e à região montanhosa da Eifel ao norte do Mosela. Nestas regiões, o superpovoamento relativo, a pobreza do solo e o depauperamento subsequente ao domínio napoleônico, convidavam, com particular insistência, para a emigração.

A degradação do solo nessas regiões, por si só, é uma evidência de que os imigrantes, em geral, desconheciam florestas como aquelas existentes no Sul do Brasil. Mas o sentimento de medo nutrido por muitos deles acusa algumas das surpreendentes permanências, ao longo dos séculos, de camadas e camadas de lembranças e representações ligadas à natureza (Schama, 1996). Tida como o lócus do paganismo, a floresta tornou-se, principalmente a partir da baixa Idade Média, um alvo constante da Igreja Católica no Velho Mundo (Harrison, 1993, p. 62). Era considerada abrigo de marginais, loucos, fugitivos, selvagens e de hereges. Os muros do feudo excluíram a floresta, que passou a ser *foris*, significando literalmente *fora* e denotando perigo e insegurança. Condenados ao fogo do inferno estariam aqueles que se rendessem aos demônios e espíritos da floresta – e a Igreja tinha boas razões para difundir esse terrorismo, pois as seitas pagãs permaneciam vivas na memória popular e ameaçavam a expansão da civilização judaico-cristã. Como afirma Harrison, para a Igreja, as florestas representavam o lado obscuro do mundo ordenado, e os seus padres trataram de popularizar tal posicionamento.

Para Turner (1990, p. 22), as origens desse terror judaico-cristão frente às terras selvagens estão no antigo Oriente Médio, onde os humanos “começaram a realizar o sonho de controlar o mundo natural”. A principal via de transmissão dessas atitudes para a civilização ocidental, conforme Turner (1990, p. 22), foi a história sagrada dos antigos israelitas, matriz espiritual da qual derivou o cristianismo. Os israelitas compartilharam com sumérios, babilônios, canaanitas e hititas um meio ambiente bastante parecido e deram às terras incultas a fama de lugares proibidos. Depois de perambular pelo deserto por 40 anos, eles se tornaram agricultores sedentários estabelecidos em terras doadas por seu deus e passaram a encarar com medo o mundo selvagem e caótico que antes foram obrigados a enfrentar. Segundo Turner (1990, p. 47), “em todas as épocas subsequentes, os povos que adotaram o Velho Testamento estigmatizaram a natureza selvagem: era um lugar enorme e terrível onde ocorriam coisas terríveis”. Grande parte dessa percepção sobreviveu ao tempo e continuou, de forma ressignificada, influenciando visões de mundo – inclusive o comportamento dos colonos estabelecidos em terras sulinas, no interior da mata.

Entretanto, ao passo que a Igreja Católica, assim como a protestante e outras, hostilizava a floresta, muitas de suas “almas” mais devotas buscaram nela, paradoxalmente, um exílio para a “corrupção da sociedade” e um contato mais próximo com Deus. Na escuridão das matas, muitos fiéis viveram como eremitas, fechando-se ao mundo ao seu redor em busca de retiro espiritual. A floresta

foi, enfim, o lócus da ambigüidade cristã (Harrison, 1993). Ambigüidade igualmente presente nas representações culturais que os imigrantes estabelecidos no “Rio Grande das matas” construíram.

Paradoxalmente, uma análise cuidadosa dos relatos dos colonos demonstra que, se impunha medo, a floresta também exercia grande fascínio entre os alemães estabelecidos nas colônias. É importante lembrar que a posse daquela área, no limite do mundo civilizado com o selvagem, trazia aos colonos uma significativa mudança de *status*, que se fazia presente em quase todas as cartas enviadas aos parentes na terra natal: a partir daquele momento, apesar de todas as agruras e dificuldades, eles passavam a ser proprietários de terras. Para Rambo, o encantamento pela mata foi tamanho,

*[...] que o termo “mata virgem” – “Urwald” – vinha acompanhado por um apelo irresistível. Do quotidiano dos imigrantes, faziam parte termos como “colono da mata virgem”, “pioneiro da mata virgem”, “solo da mata virgem”, “gigantes da mata virgem” (*Urwaldbauer, Urwaldpioner, Urwaldboden, Urwaldriesen*). Nos relatos históricos sobre a imigração e colonização alemã no Sul do Brasil, fala-se até numa relação quase doentia com a mata virgem que fazia com que não poucos fossem incapazes de viver longe dela, encontrando-se constantemente em migração para novas fronteiras de colonização* (Rambo, 2004, p. 37).

Toda essa obsessão pela “mata virgem” traduzia-se, porém, em um ímpeto predatório sem precedentes, mesmo que os colonos não tivessem consciência disso. Boa parte deles mantinha-se em constante migração rumo à “fronteira verde” a fim de conseguir novas terras, já que as antigas haviam se tornado pequenas demais para o grande número de filhos gerados no Brasil e degradadas demais, a ponto de já não fornecerem alimentos como antes. Para o historiador Roche (1969, p. 378), tratava-se de uma “enxamagem colonial”. Tal como a migração dos enxames de abelhas para locais em que o néctar necessário à reprodução é mais abundante, os colonos, em busca de novas terras, deixavam para trás lotes desgastados pelo uso excessivo e insustentável. Segundo Roche (1969, p. 378), surgia “a impossibilidade de continuar a viver em um mesmo sítio, sem estar sujeito à regressão econômica quando as terras cultivadas ficavam depauperadas”. Com isso, a migração era contínua – assim como entre as abelhas. Mas, ao contrário do papel benéfico desempenhado por esses insetos nos diferentes ecossistemas, a enxamagem dos colonos implicou graves consequências ambientais.

Desde o princípio da colonização, a vitória sobre o “caos” da floresta era celebrada pelos imigrantes. Quase

sempre, quando um grupo de colonos iniciava a abertura de uma nova picada mata adentro, vencendo a “fronteira verde”, realizava-se uma missa ou um culto “à sombra dos gigantes da mata”, como conta Rambo. O ato religioso dependia da presença de um padre ou de um pastor e era realizado sempre que possível. Na implantação da Colônia de Santa Cruz, segundo o relato do padre Ambrosio Schupp, uma missa foi rezada sob uma enorme figueira, em meio à mata. O que se celebrava, porém, não era exatamente a floresta, mas o início de sua derrubada.

As queimadas e derrubadas nas colônias alemãs

Quaisquer que fossem os sentimentos nutridos pelos recém-chegados em relação à mata, uma questão prática passava a ser fundamental e prioritária a partir do momento em que punham os pés na “fronteira verde”: eles precisavam aprender a derrubar a floresta e a lidar com a terra sob a vegetação, por uma questão de sobrevivência. Além disso, uma outra ameaça impunha tal necessidade. Segundo um manuscrito de março de 1851, redigido pelo agente intérprete da colonização, Pedro Kleugden, “os colonos que dentro do prazo de dois anos não tiverem cultivado ao menos a oitava parte das terras concedidas, não residirem nelas e não edificarem, perderão o direito as mesmas”. A situação agravava-se, segundo Vogt (1997, p. 63), porque lhes faltavam ferramentas, alimentos, dinheiro e conhecimentos a respeito dos recursos que a natureza poderia lhes oferecer. Em outras palavras, os alemães se viam obrigados a aprender, o mais rápido possível, a desbravar – e esse foi o primeiro passo (e talvez o mais difícil) do seu processo de americanização. Assim que recebiam os seus lotes, precisavam agir rápido para garantir o futuro – e muito mais o presente.

Em suas memórias, o imigrante Umann (1981, p. 55) conta que “a escura floresta virgem com suas árvores colossais e a impenetrável vegetação rasteira que tínhamos de conquistar palmo a palmo [...] exigia de nós um serviço árduo e não habituado”, inclusive por conhecerem apenas terras agrícolas milenarmente despudas de suas florestas. Segundo ele (Umann, 1981, p. 55), “a maioria no início fica sem saber o que fazer”. Mesmo alguns instrumentos entregues pelos diretores coloniais para auxiliar no trabalho eram desconhecidos dos colonos. Em seu manuscrito de março de 1851, o agente intérprete da colonização, Pedro Kleugden, lista as ferramentas então prometidas aos imigrantes. Entre elas, estavam:

[...] huma foice grande de roça, huma enchada grande de roça, huma serra braçal grande, um facão de matto

reforçado, huma pá de ferro com cabo, huma pequena de três quinas, huma lima maior de três quinas, huma lima grande de meia canna, hum torques de carpinteiro, hum arado de colher, hum martelo grande, hum formão de carpinteiro estreito, hum formão de carpinteiro largo, [...] huma espingarda de meia balla e de espoleta, quatro libras de chumbo de caça, huma caixinha de espoletas, huma libra de pólvora de caça (Kleugden, 1851, p. 1).

A posse de tais equipamentos, porém, não significava êxito – inclusive porque, em muitos casos, nem a metade do prometido foi, de fato, cumprido pelo governo. Em 1899, Henz (in Rambo, 1956, p. 101) registrou que “ninguém de nós sabia como aqui se deve trabalhar”, complementando:

Derrubávamos um pequeno trecho de mato [...], cortávamos todos os galhos e os amontoávamos para queimar, pois não tínhamos coragem de pôr fogo nas derrubadas, temendo que o fogo invadisse o mato e destruísse tudo. Depois, nos metíamos a escavar os tocos, pois nós, alemães, não podíamos imaginar como entre as raízes poderia crescer qualquer coisa (Henz in Rambo, 1956, p. 101).

Era necessário, inicialmente, cortar a vegetação de menor porte para poder entrar na mata. Depois, derrubavam-se as árvores maiores, o que muitas vezes exigia dias de trabalho pesado. Esse processo foi registrado no relato do alemão Carl Seidler quando de sua passagem por São Leopoldo em 1835. Segundo ele,

em primeiro lugar, há que derrubar os formidáveis troncos de árvores, que se apresentam densamente juntos [...] Já isso é um trabalho gigantesco, pois a madeira, notadamente a de uma espécie chamada pau ferro, é tão dura que a cada machadada saltam chispas de fogo e às vezes se gasta um dia inteiro num único tronco. Quando por fim se tem roçado uma certa área, amontoam-se os troncos e ateia-se fogo. Mas também acabada a fogueira pode-se logo começar a plantar e a construir (Seidler, 1976, p. 110).

Para abrir uma passagem na mata, conforme Roche (1969, p. 59), os colonos procuravam trabalhar em duplas. Assim, um dos homens cortava a parte debaixo dos caules com o facão ou com um machado, enquanto que o outro, munido de uma foice com cabo, cortava pelo alto os ramos e os cipós, que se confundiam. Mas as dificuldades eram tantas que, conforme Umann (1981, p. 62-63), “a maioria, apenas começando, quer

desanimar quando as mãos estão feridas e cheias de bolhas. Mesmo assim, é preciso continuar o trabalho, por mais que aperte a dor”. Para ele, não havia alternativa para o colono “senão reprimir o sofrimento e trabalhar, trabalhar e novamente trabalhar, até que a primeira roça esteja queimada e plantada e a primeira choupana provisória erguida”.

Esse, no entanto, não foi um processo simples. Conforme Niederhut (in Vogt, 1997, p. 62), “tudo era novo e desconhecido, tudo era diferente do meio habitual”. De acordo com seu relato, os colonos “não conheciam nem plantas nem os animais, não conheciam as sementes que lhes eram dadas para plantar nem os alimentos que lhes eram fornecidos para se sustentar”. Além disso, “viam-se isolados, perdidos na imensidão de suas colônias”. Todas essas novidades, como já ressaltou Roche, bastavam para desorientar o imigrante entregue a si mesmo, e até aqueles que haviam sido agricultores na Europa tinham de reaprender praticamente tudo.

Quando finalmente compreenderam os métodos mais eficazes para a realizar as derrubadas, os colonos também passaram a aplicar a técnica da queimada, ensinada pelos diretores e inspetores coloniais, repassada pelos pioneiros aos imigrantes recém-chegados e transmitida de geração em geração. Tratava-se do resultado da apropriação e da adaptação de uma tecnologia indígena, que a partir de então passava a ser utilizada em grande escala e de forma agressiva, implicando alterações ecológicas drásticas. Mas os colonos, no início, relutavam em adotar tal procedimento – especialmente aqueles que já atuavam como agricultores em sua terra natal, conforme seus relatos. Não se tratava, porém, de uma crítica ambiental, pois foram poucos aqueles que, no Brasil oitocentista, atentaram para questões desse tipo (Pádua, 2002). Tratava-se, sim, de conceber uma nova relação com a natureza, diferente daquela vivenciada na Alemanha.

Como diz Roche (1969, p. 52-53), o colono devia “resistir à tentação de limpar o terreno e de preparar imediatamente uma terra arável, devia aprender a queimar as ramas secas, desprezando os troncos e os cepos”. Era necessário esquecer por um momento tudo o que sabiam sobre agricultura para aprenderem as técnicas de plantio mais apropriadas ao novo ambiente. Entretanto, de acordo com Balduíno Rambo (1956, p. 101), “os imigrantes viviam debaixo da obsessão de que só em roças livres de pedras, tocos e raízes e com solo arável se podia fazer agricultura”. Assim, muitos tentaram, inutilmente, repetir em terras sul-rio-grandenses o modelo que conheciam. Perceberam logo, porém, que o uso do arado não lograria êxito imediato no solo irregular e repleto de raízes encontrado no Sul do Brasil. Segundo Umann:

Tudo isto tinha de ser aprendido, e nos custou, no início, muito tempo de aprendizado, a nós operários de fábrica que desconhecíamos a arte de serrar as tábuas, fazer cercas, lascar ripas de madeira para telhado, construir choupanas e galpões e muitas outras atividades, na maioria pesadas e fatigantes. Poucos de nós haviam trabalhado na agricultura na velha pátria, e mesmo para estes as atividades aqui no mato apresentaram-se de maneira totalmente nova, de sorte que muitas vezes precisavam dispor de tanto ou mais aprendizado que os outros, pois empregavam aqui os mesmos métodos usados na pátria, o que lhes dava prejuízo e os fazia perder tempo precioso (Umann, 1981, p. 62).

Umann (1981, p. 57) conta, inclusive, das dificuldades relacionadas à coivara. De acordo com seu relato, era preciso aguardar tempo bom para pôr fogo nos troncos já derrubados e no que restava da mata. Apesar disso, “alguns, cheios de impaciência, faziam arder as roças desmatadas e ainda não murchas, com o que estragavam tudo”. Mesmo ele e seus vizinhos próximos não aguardaram clima favorável e incendiaram tudo “cedo demais, pelo que trechos do roçado queimaram mal”, provocando grande prejuízo.

Em um livro publicado em Hamburgo, na Alemanha, em 1828, o alemão Friedrich von Weech procurava auxiliar os imigrantes de origem germânica que pretendiam migrar rumo às colônias sul-rio-grandenses, informando alguns detalhes sobre a técnica das queimadas. Segundo Weech (1992, p. 114), “mostrando-se a *rossada* inteiramente apta para a queima, para a qual não se deve omitir o momento mais propício, escolhe-se o meio-dia, aqui geralmente acompanhado de um vento leve, ateia-se nesta fogo”. Se tudo der certo, “em menos de uma hora, toda a *rossa* escurece, fumegando diante dos olhos do colono satisfeito” (Weech, 1992, p. 114). Porém, o êxito do processo, segundo ele, também dependia de tempo quente e seco. Caso a queima fosse empreendida sob a chuva ou umidade, corria-se o risco de que os troncos permanecessem verdes, o que, para Weech, deveria “ser encarado como uma verdadeira desgraça”. Para ele, “se a queima fracassar, e se puder encontrar um local que ofereça as mesmas comodidades para a colonização, é preferível derrubar uma nova *rossada*” (Weech, 1992, p. 114), deixando tudo para trás. Weech refere-se às florestas aparentemente ilimitadas existentes na zona colonial. Como ressalta Pádua (2002, p. 76), frente à abundância e às riquezas aparentemente ilimitadas, “a terra era para gastar e arruinar, não para proteger ciosamente”.

Nessa luta para vencer a floresta, muitos colonos enfrentaram problemas ao iniciar as derrubadas, entre

eles a imigrante Emilie Freundenberger, que por pouco não foi esmagada por um conjunto de árvores, enquanto auxiliava a desbravar um terreno. Segundo ela:

Em uma certa ocasião também passei por perigo mortal. Ajudava meu pai na derrubada da mata. Ele deixava cortar os troncos mais grossos e nós abatíamos os mais finos. Um canto da mata não queria cair de jeito nenhum, pois tudo estava entremeado de cipós. Já havíamos cortado a maioria das árvores e continuávamos trabalhando em meio aos troncos, sem que se pudesse saber para que lado penderia o todo. A qualquer momento poderíamos ser esmagados... Felizmente à noite uma ventania mais forte nos livrou do perigo, derrubando tudo (Freundenberger, 1981, p. 85).

Outros imigrantes passaram por situações semelhantes, mas não tiveram a mesma sorte de Frau Freundenberger. Há relatos de colonos que se feriram gravemente na luta contra a floresta e de outros que morreram esmagados por toras. Além disso, não eram incomuns os casos de abandono de lotes. Segundo Hardy Martin (1979, p. 78), somente na Colônia de Santa Cruz, entre 1849 e 1854, 53 pessoas deixaram suas terras, sendo que, neste último ano, a população registrada era de 891 habitantes (Vogt, 1997, p. 73). A maioria seguia para os centros urbanos, especialmente Porto Alegre, onde passava a exercer funções variadas, em geral como artesãos.

Porém, para aqueles que resistiam, a mata aos poucos adquiria um outro sentido, bem menos concreto e talvez nem sempre perceptível. Como já apontou Harrison (1993, p. 7), homens e mulheres não têm explorado as florestas apenas materialmente; eles também se utilizam delas para forjar os seus símbolos, as suas analogias, as suas estruturas de pensamento e os seus *emblemas de identidade*. Em última instância, a fronteira verde demarcava o mundo civilizado para os colonos estabelecidos no Rio Grande do Sul. Foi em oposição a essa fronteira que eles definiram sua própria identidade na nova terra.

Como aponta Correa (2004, p. 34), “na fase pioneira da imigração alemã, a densa floresta condicionou, junto com o contato raro e esporádico com os outros grupos, a formação de um grupo étnico ‘alemão’ enquanto um tipo de organização social”. É possível dizer mais: a floresta foi, sem dúvida, um elemento definidor do que se poderia chamar de uma “identidade colonial”, figurando como um elemento unificador. Os colonos, em última instância, orgulhavam-se de dominar a mata – especialmente quando esta já se encontrava no chão.

Foi vencendo as frondosas árvores, algumas com

mais de 30 metros de altura, o aglomerado de cipós às vezes impenetrável, os arbustos e os espinhos, que esses colonos se definiram como trabalhadores austeros e obstinados – imagem que ainda hoje permanece viva na região. Isso também é evidente nas cartas e nos diários desses imigrantes, que costumavam relatar, com orgulho, a transformação imposta ao meio ambiente – ou, em outras palavras, o novo papel por eles assumido, de “senhores” da floresta. Vale lembrar que essa identidade, antípoda à floresta, foi uma construção coletiva, com a participação de inspetores e diretores de colônias, presidentes de província, agrimensores e mesmo por viajantes que passaram pela Província ao longo do século XIX.

Em seu relatório sobre a Colônia de São Leopoldo, José Joaquim Rodrigues Lopes (1867, p. 6) exaltaria, por exemplo, a capacidade dos alemães de domarem a mata. Segundo ele, “este povo, que há mais de 4 décadas se separou do tronco materno, circundado pelas montanhas de nossos sertões, aninhado na poética solidão de nossos bellos valles, com uma natureza inteiramente nova, conserva-se impassível aos risos d’ella”. Ou seja, para Lopes, os colonos eram capazes de superar todas as dificuldades inerentes à domesticação dessa mata, mesmo quando a natureza lhes pregava peças.

Ao visitar a colônia alemã de Mundo Novo, o presidente da Província de São Pedro, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu (1855, p. 52), também registrou que se tratava de uma população “orgulhosa de ter fundado no seio de nossas florestas uma Pátria para seus filhos”. Por se sobrepor à floresta, “o elemento alemão”, nas palavras do agrimensor Maximilano Beschorem (1989, p. 35), tinha “uma posição dominadora” em solo sul-rio-grandense. Tal concepção foi igualmente ressaltada pelo viajante alemão Avé-Lallemant, quando exaltou o trabalho alemão em seu diário, conforme o trecho a seguir:

Assim vencem, trabalhando, esses pioneiros da disciplina, da laboriosidade e dos costumes alemães, penetrando cada vez mais nas selvas, de elevação em elevação, de vale em vale, de serra em serra, de rio em rio! [...] Essa é a missão dos alemães, o seu dever, a sua vontade; que Deus os ajude a realizá-la! (Avé-Lallemant , 1980, p. 55).

De mesma opinião, João Bittencourt de Menezes (2005, p. 24), secretário geral de Santa Cruz e autor de um livro de memórias publicado em 1914 sobre a colônia, afirmou que: “embora lutando muitas vezes com os obstáculos que lhes opunha a natureza agreste, galgando serrões eriçados de mataria virgem ou descendo às canhadas escuras, onde não raro ecoava o bramir das feras, foram

ele abatendo as árvores”. Em princípio, segundo ele, as plantações esboçadas na colônia “forneciam apenas o indispensável para a alimentação, mas dentro em breve foram o desafogo e depois a fartura”.

Em outras palavras, *colono* e *civilizador* tornaram-se sinônimos. Conforme Homem de Mello, presidente da Província em 1868, “há pouco tempo existia aqui apenas um *vazio*, povoado somente por animais. Hoje este chão se *transformou* e foi entregue para sempre ao homem *civilizado* devido ao esforço de um povo cheio de energia e religiosidade” (grifos meus). Ou seja, uma área até então “devoluta” e “vazia”, segundo a concepção desse governante, ganhou um novo significado a partir do momento em que os colonos ali se estabeleceram e empreenderam seu “desmatamento civilizador”. Essa fronteira aberta, preterida pela elite latifundiária regional, que tinha como base econômica a pecuária e valorizava muito mais os chamados campos naturais, na região da Campanha, foi a área oferecida aos imigrantes com o intuito de que fosse transformada, rápida e definitivamente, em espaço civilizado e produtivo. Não foi à toa que esses imigrantes adquiriram a reputação de excelentes “fabricantes de terra” (Roche, 1969).

Como fronteira, a floresta foi mais do que um marco divisor, pois fronteiras também são linhas unificadoras. Ela foi, além disso, uma linha móvel. Divisora, na medida em que demarcou dois espaços distintos: o civilizado, marcado pela agricultura colonial, e o inculto, marcado pela própria mata. Unificadora, na medida em que a sua presença forjou uma identidade colonial intrinsecamente americana, que, mesmo longe de ser homogênea, permitiu que os imigrantes se tornassem parte da sociedade sul-rio-grandense ainda em formação.

Com o passar dos anos, a floresta também passou a ser aproveitada economicamente pelos alemães, a partir do comércio de madeiras. Se no início isso não era possível, principalmente pela falta de vias de transporte adequadas e pelas dificuldades para a comercialização das toras, a partir da segunda metade do século XIX o cenário mudou. Essa alteração está bastante explícita na obra *As colônias de São Leopoldo na Província Brasileira do Rio Grande do Sul e reflexões gerais sobre a imigração espontânea e colonização no Brazil*, escrita em 1871 por Adalberto Jahn. Segundo Jahn (1871, p. 48-49), “todo o terreno alto e montanhoso é coberto de magnífico e gigantesco matto virgem, que, posto assaz devastado nas colônias, fornece preciosas qualidades de madeira de lei, desconhecidas na Alemanha”. Jahn confirma que “a maior parte dessa madeira se perde com as queimadas dos roçados”, o que não ocorria, porém, “nos lugares que facultão navegação fluvial, tales como Mundo Novo e Pinhal, donde é transportada em jangadas, ou serrada

em taboas, para os mercados de São Leopoldo e Porto Alegre". Ainda de acordo com o ex-inspetor colonial, "as qualidades mais conhecidas de madeira de lei são: o cedro, canjerama, louro, timbauba, sobragy, arrueira, canella, o ipê, angica e outras, além do araçá, canellinha, etc" (Jahn, 1871, p. 48-49).

No entanto, muito embora as serrarias tenham se difundido pela zona de colonização alemã, o *boom* da indústria madeireira se daria principalmente nas colônias estabelecidas mais tarde, na serra e no planalto sul-rio-grandenses, onde a *Araucária Angustifolia*, espécie exclusiva do sul do Brasil, se tornou alvo fácil de centenas de serrarias.

Poucos foram, entretanto, aqueles que atentaram para os danos do tipo de relação estabelecido com a floresta, tanto entre colonos quanto entre funcionários provinciais e imperiais. A questão aparece explicitamente apenas em 1867, em um documento sobre a ex-Colônia de São Leopoldo, anexo ao relatório do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do mesmo ano. Nele, o funcionário público José Joaquim Rodrigues Lopes afirma o seguinte:

Fatal é por sem dúvida o sistema geralmente seguido das derrubadas do matto em busca dos terrenos de maior uberdade, porque faz esquecer a cultura permanente pelo roteamento e adubo do solo. Infelizmente ainda aqui se acha vulgarizada a blasphemia e insulto à natureza ao dizer – abandonemos as terras cançadas – cançadas estão elas somente na imaginação de quem ignora os preceitos da agricultura. Que consequências não acarreta uma tal prática! Uma delas, sem dúvida, é serem as chamadas terras cançadas invadidas pelas formigas, que, estabelecendo alli suas infinidas repúblicas, partem depois em columnas cerradas e invadem as plantações vizinhas (Lopes, 1867, p. 3).

Devido às queimadas e derrubadas, Lopes calculava que São Leopoldo tinha "mais de um terço de sua superfície desaproveitado", pois os lotes que no passado foram intensamente cultivados jaziam degradados em 1867, tornando-se "campos artificiales". Ainda conforme Lopes (1867, p. 3), "com quanto esses campos artificiales se prestem às pastagens, [...] entretem-se n'elles muitos animaes, que difficultão de dia em dia a alimentação do gado, até que o criador diz por seu turno – o campo não presta mais, e se foi bom, hoje está doente". A despeito disso, as queimadas e derrubadas continuaram, em escala crescente, rumo a outras regiões da Província – e do Brasil –, deixando para trás um rastro de destruição. Ou, nas palavras de Webb (1952), verdadeiras "fronteiras ocas".

Conforme constatou Lopes (1867, p. 3), "tal é a riqueza do solo, tanta é a dedicação dos ex-colonos ao trabalho, que, a despeito dessa educação rotineira [de derrubadas e queimadas], a ex-colônia tem atingido formas gigantescas em seu progresso". Nada, enfim, parecia impedir o desmatamento civilizador empreendido pelos colonos.

Considerações finais

A colonização européia no Rio Grande do Sul, baseada no regime de trabalho familiar e predominantemente livre do imigrante, na distribuição de pequenos lotes de terras (que variaram, em média, de 25 a 77 hectares – um verdadeiro latifúndio, levando em conta que a maioria dos alemães optava por imigrar justamente por não ter acesso à terra) e na opção pela policultura, quase sempre figurou na historiografia gaúcha como um dos principais fatores do desenvolvimento regional. Entretanto, esse processo de ocupação envolveu formas de apropriação da natureza que alteraram de forma decisiva o meio ambiente sulino.

Embora praticamente ausentes da historiografia regional da colonização – com algumas exceções (Bublitz e Correa, 2006; Wentz, 2004; Gerhardt, 2002) –, as questões ambientais vêm sendo cada vez mais incluídas não apenas no debate sobre desenvolvimento, mas também nas análises de cunho histórico. Como destaca Drummond (1991, p. 180), as disciplinas ligadas às ciências sociais foram desafiadas pelos movimentos ambientalistas e pelos cientistas naturais a superarem o seu paradigma exclusivista, incorporando variáveis naturais ao seu repertório. Passou a ser necessário, mais do que nunca, rejeitar a premissa convencional de que "a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais [...] e de que as consequências ecológicas de seus feitos passados podem ser ignoradas" (Worster, 1991, p. 199). Como ressalta Duarte (2005, p. 33), "a questão ambiental tornou-se um dos mais relevantes impasses a serem enfrentados pela humanidade. A história, ao se voltar para o tema de forma sistemática e minuciosa, cumpre um importante papel".

No caso do Rio Grande do Sul, é mais do que oportuna uma revisão historiográfica do seu processo de colonização, na qual a dimensão ambiental se aproxime da dimensão socioeconômica da história do desenvolvimento. De maneira introdutória, buscou-se aqui analisar os significados da floresta para os imigrantes estabelecidos nas antigas colônias alemãs.

Além de denotarem um sentimento ambíguo entre os colonos, as matas subtropicais foram fundamentais para

a construção de uma identidade colonial. Fossem elas fontes de medo ou de fascínio, as florestas caíram a golpes de machado e deram lugar a cidades, que também cresceram consumindo a madeira existente ao seu redor. Toda essa transformação na paisagem, almejada pelos governantes da época, trouxe consigo o desejado progresso e foi decisiva para a gradual integração desses imigrantes na sociedade acolhedora. Sintomaticamente, o relativo sucesso do empreendimento colonial manteve implícito, por muito tempo, o impacto ambiental desencadeado ao longo desse processo e que agora começa a ser questionado.

Novas pesquisas poderão contribuir para uma compreensão mais efetiva das relações estabelecidas entre os colonos e a natureza sulina e suas consequências. A importância de se atentar para esses aspectos do processo histórico, para usar a expressão de Leff (2005, p.21), reside na possibilidade de se estabelecer um “vínculo entre el pasado insustentable y un futuro sustentable”. Como afirma Certeau (2002, p. 93), “a história é sempre ambivalente: o lugar que ela destina ao passado é igualmente um modo de *dar lugar a um futuro*”.

Referências

- AVÉ-LALLEMANT, R. 1980. *Viagem pela província do Rio Grande do Sul (1858)*. Belo Horizonte, Editora Itatiaia; São Paulo, Editora da USP, 417 p.
- BESCHOREM, M. 1989. *Impressões de viagem na Província do Rio Grande do Sul (1875-1887)*. Porto Alegre, Martins Livreiro, 200 p.
- BUBLITZ, J.; CORREA, S. 2006. *Terra de Promissão: Uma introdução à eco-história da colonização europeia no Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul, Edunisc; Passo Fundo, UPF, 142 p.
- CERTEAU, M. de. 2002. *A escrita da História*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 345 p.
- CORREA, S. 2004. Identidade alemã e alteridade no Rio Grande do Sul. In J.L. CUNHA da (org.), *Cultura alemã 180 anos*. Porto Alegre, Nova Prova, p. 31-44.
- DRUMMOND, J.A. 1991. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Revista Estudos Históricos*, 4(8):177-197.
- DUARTE, R.H. 2005. *História & Natureza*. Belo Horizonte, Autêntica, 108 p.
- FREUDENBERGER, E. 1981. O que narrou a sra. Emilie Freudenberg. In: J. UMANN, *Memórias de um imigrante boêmio*. Porto Alegre, EST, p. 84-90.
- GERHARDT, M. 2002. *Estado, estancieiros, caboclos e colonos modificam o ambiente: a história da “Colônia de Ijubá” (1850-1930)*. Londrina, PR. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Londrina, 130 p.
- GRESSLER, P. 1949. *Os velhos Gressler*. Candelária, Tipografia Francisco Schmidt, 300 p.
- GUTFREIND, I.; ARENDT, I.; DREHER, M. (orgs.). 2001. *Imigrantes alemães e descendentes no Rio Grande do Sul: histórias de vida (catálogo)*. São Leopoldo, Editora Unisinos, 101 p.
- HARRISON, R.P. 1993. *Forests – Shadow of Civilization*. Chicago, University of Chicago Press, 308 p.
- ISABELLE, A. 1983. *Viagem ao Rio Grande do Sul, 1830-1834*. Porto Alegre, Martins Livreiro, 165 p.
- LEFF, E. 2005. *Vetas y vertientes de la historia ambiental latinoamericana – Una nota metodológica y epistemológica*. *Revista Varia Historia*, 33:17-31.
- MARTIN, H. 1979. *Santa Cruz do Sul: de colônia a freguesia, 1849-1859*. Santa Cruz do Sul, Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul, 143 p.
- MARTIN, H. 1999. *Recortes do passado de Santa Cruz*. Santa Cruz do Sul, Edunisc, 150 p.
- MENEZES, J.B. de. 2005. *Município de Santa Cruz*. Santa Cruz do Sul, Edunisc, 304 p.
- PÁDUA, J.A. 2002. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 318 p.
- RAMBO, A.B. 2004. *As sombras do carvalho*. São Leopoldo, Nova Harmonia, 254 p.
- RAMBO, B. 1956. A imigração alemã. In: *Enciclopédia Riograndense: O Rio Grande antigo*. Canoas, Ed. Regional, p. 77-126.
- ROCHE, J. 1969. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Globo, vol. 1, 401 p.
- SCHAMA, S. 1996. *Paisagem e memória*. São Paulo, Cia das Letras, 696 p.
- SEIDLERT, C. 1976. *Dez anos no Brasil*. São Paulo; Brasília, Martins INL, 318 p.
- TURNER, F. 1990. *O espírito ocidental contra a natureza: mito, história e as terras selvagens*. Rio de Janeiro, Campus, 309 p.
- UMANN, J. 1981. *Memórias de um imigrante boêmio*. Porto Alegre, EST, 112 p.
- VOGT, O.P. 1997. *A produção de fumo em Santa Cruz do Sul, RS: 1849-1993*. Santa Cruz do Sul, Edunisc, 283 p.
- WEBB, W.P. 1952. *The Great Frontier*. Boston, Houghton Mifflin, 434 p.
- WEECH, F. von. 1992. *A agricultura e o comércio do Brasil no sistema colonial*. São Paulo, Martins Fontes, 187 p.
- WENTZ, L. 2004. *Os caminhos da madeira: região norte do Rio Grande do Sul (1902-1950)*. Passo Fundo, UPF, 187 p.
- WORSTER, D. 1991. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, 4(8):198-215.

Fontes primárias

- BUFF, J.M. 1851. *Relatório manuscrito do então diretor da colônia de Santa Cruz, João Martinho Buff, ao presidente da Província, Conde de Caxias*. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, caixa 33, maço 62.
- JAHN, A. 1871. *As colônias de São Leopoldo na Província Brasileira do Rio Grande do Sul e reflexões gerais sobre a imigração espontânea e colonização no Brasil*. Leipzig, Biblioteca Nacional, Obras Raras, código 103, 5, 3.
- KLEUGDEN, P. 1851. *Manuscrito do agente intérprete da colonização, Pedro Kleugden*. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, caixa 20, maço 37.
- LOPES, J.J.R. 1867. *Considerações gerais sobre a ex-Colônia de São Leopoldo*. Anexo F do Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na primeira sessão da décima terceira legislatura pelo ministro de secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Manoel Pinto de Souza Dantas. Rio de Janeiro, Typographia Paula Brito.
- MONTEIRO, S.J. 1854. *Memorando sobre a Colônia de Mundo Novo*. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, caixa 31, maço 58.
- OLIVEIRA, E.A. de. 1850. *Carta de Evaristo Alves D’Oliveira, sub-diretor da Colônia de Santa Cruz, a Pedro Ferreira de Oliveira, presidente da Província de São Pedro do Rio Grande*

do Sul. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, caixa 33,
maçô 62.

SINIMBU, J.L.V. 1855. *Relatório do Presidente da Província de S.
Pedro do Rio Grande do Sul João Lins Vieira Cansansão de
Sinimbu na abertura da Assembléia Legislativa Provincial
em 6 de outubro de 1853.* Porto Alegre, Typographia do
Mercantil.

Submetido em: 01/08/2008
Aceito em: 02/10/2008